

Bancada leva propostas a Sarney

A bancada do PFL no Senado apresentou ontem ao presidente José Sarney um conjunto de sugestões para a economia e hipotecou-lhe *solidariedade* e apoio para que o Governo tome as medidas necessárias. O PFL quer que o Governo autoimite sua participação como tomador no mercado financeiro, para derrubar os juros, que limite o pagamento da dívida externa a um percentual — não definido — do PIB ou do saldo comercial; que taxe mais os ganhos do capital e menos os salários.

Segundo o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, o documento levado a Sarney só hoje será divulgado publicamente porque "está cheio de erros de datilografia e vai ser refeito". O senador Guilherme Palmeira, porém, afirmou que serão "acrescentados números" à proposta. Na verdade, o documento sofrerá modificações em virtude mesmo da conversa da

bancada com Sarney, que durou 40 minutos.

"Não viemos com palavras de ordem tipo não à inflação, não à recessão etc. Trouxemos propostas concretas. Estamos falando para sermos ouvidos", explicou Chiarelli. O líder informou que Sarney estimulou esse contato direto, garantiu-lhes que o PFL será sempre ouvido, elogiou a apresentação de propostas concretas e afirmou que o Plano Cruzado não se esgotou. "É um plano para três anos, que foi concebido para implantação nesse prazo e que será cumprido", disse Sarney, segundo Chiarelli.

AS PROPOSTAS

Quanto aos juros, o PFL sugeriu que o Governo fixe um teto para o financiamento do déficit público, inferior à estimativa da inflação. "O Governo tem de dar o exemplo, para numa segunda etapa fixar tetos

para as aplicações privadas", disse Chiarelli. Ou seja, os senadores do PFL não querem tabelamento dos juros.

Em relação à dívida externa, os pefelistas apoiaram a "linha de autonomia" praticada pelo Governo, "que deu certo no Clube de Paris", e aderiram às propostas de uma moratória limitada ao estilo peruano, pela limitação dos pagamentos a um percentual do PIB ou do saldo comercial.

Os senadores do PFL empunharam também a bandeira da defesa dos assalariados, propondo a redução do imposto de renda sobre salários e o aumento da taxa sobre os ganhos de capital. Além disso, apoiaram a manutenção de escala móvel de salários — o gatilho — e propuseram a fixação imediata de um salário mínimo equivalente a 100 dólares, cerca de Cr\$ 1.600,00.